



Luís Mah
Raquel Vaz-Pinto
Maria Teresa Nogueira
OPINIÃO

Direitos (Des)Humanos na China

Esta violação dos direitos humanos por parte do Governo chinês não afeta apenas estas regiões do país com altos níveis de autonomia. Sob a liderança de Xi Jinping, Pequim tem vindo a reprimir e censurar fortemente quaisquer sectores da sociedade chinesa que se revelem ameaçadores.

10 de Dezembro de 2020, 0:40

Desde que assumiu a liderança da China em 2012, Xi Jinping tem dado prioridade à sua visão de “rejuvenescimento da nação chinesa”, associando-a ao que apelida de “sonho chinês” que mais não são do que três objetivos muito concretos: duplicar o PIB *per capita* entre 2010 e 2020, ter um exército “capaz de lutar e ganhar guerras” e responder às necessidades de bem-estar da sua população. Um “rejuvenescimento da nação chinesa” que deve ser visto em primeiro lugar como um sonho coletivo e só depois individual, tal como nos diz Elizabeth Economy no seu livro *Third Revolution* (2018). Só que o que temos assistido durante a liderança de Xi nos últimos oito anos é que esse suposto bem-estar a ser proporcionado pelo “sonho chinês” não pode ser partilhado por todos aqueles que fazem parte da “nação chinesa”.

No Noroeste da China, na região de Xinjiang, calcula-se que mais de um milhão de cidadãos chineses muçulmanos (na maioria Uigures) tenham sido presos em massa, de forma arbitrária e colocados em campos de detenção porque são vistos como uma potencial ameaça terrorista, extremista e separatista. A população muçulmana da região vive agora sob vigilância contínua e intrusiva, sujeita a uma política intensa de assimilação cultural e doutrinação política. No início, a existência destes campos foi negada por Pequim. Mas a denúncia pública e internacional com apresentação de provas como imagens dos campos construídos e em construção captadas por satélites e entrevistas com uigures no exterior da China, que ignoram o destino de membros das suas famílias que estão desaparecidos desde que foram levados para os campos, obrigou o Governo chinês a reconhecer a existência destes campos. A diferença é que apelida estes campos de centros de “formação profissional” ou de “transformação pela educação”. No Tibete, as autoridades chinesas continuam a reprimir a liberdade religiosa, de expressão, de movimento e de reunião sujeitando a população tibetana a uma vigilância intensiva das suas comunicações, online ou por telefone, como forma de combater qualquer iniciativa de oposição a Pequim ou de apoio ao Dalai Lama no exílio.

Em Hong Kong, os acontecimentos dos últimos meses não deixam margens para dúvidas sobre o tipo de “sonho chinês” que se quer para os cidadãos do território: desqualificação de quatro deputados pró-democracia acusados de serem uma ameaça à segurança nacional (a que se seguiu a renúncia, em solidariedade, dos seus mandatos na assembleia legislativa local pelos seus colegas pró-democracia) e condenação a penas de prisão de Agnes Chow,



Joshua Wong e Ivan Lam, três jovens ativistas do movimento pró-democrata. A imposição da lei de segurança nacional em Hong Kong tem permitido ao Governo do território liderado por Carrie Lam (e apoiada por Pequim) perseguir e deter quem esteve envolvido de forma mais visível nos fortes protestos contra a sua administração em 2019.

Esta violação dos direitos humanos por parte do Governo chinês não afeta apenas estas regiões do país com altos níveis de autonomia. Sob a liderança de Xi Jinping, Pequim tem vindo a reprimir e censurar fortemente quaisquer sectores da sociedade chinesa que se revelem ameaçadores. Por isso tem vindo a fortalecer o controlo ideológico, particularmente no ensino universitário e na administração pública, a proibir práticas religiosas bem como a perseguir organizações religiosas que não tenham sido sancionadas pelo Governo, a investir em novas tecnologias para controlo social por um Estado cada vez mais policial e a coagir e prender advogados defensores dos direitos humanos. As atividades de organizações da sociedade civil chinesas tem vindo a ser cada vez mais dificultadas desde 2014 com a entrada em vigor de um conjunto de leis destinadas a fortalecer o seu controlo por parte do Governo. A CIVICUS, uma aliança global de organizações da sociedade civil, monitoriza regularmente o espaço cívico (ou três liberdades: expressão, associação e reunião) em 196 países e classifica-os em cinco categorias: aberto, reduzido, obstruído, reprimido e fechado. A última monitorização apresentada no passado dia 8 de dezembro classifica o espaço cívico chinês como sendo fechado, a pior categoria.

No dia 6 de Outubro de 2020, o embaixador alemão nas Nações Unidas submeteu uma declaração conjunta assinada por 39 países a expressar uma forte preocupação com a situação dos direitos humanos em Xinjiang e em Hong Kong. Portugal foi um dos Estados-membros da União Europeia que não subscreveu a carta, juntando-se à Hungria, Roménia, Chipre, Malta, Grécia e República Checa

Em termos formais, a China tem subscrito tratados internacionais de defesa dos direitos humanos sob pressão externa. No entanto, continua a olhar para os direitos humanos como algo aspiracional e não em termos de proteção legal. Para a China, a prioridade deve ser dada aos direitos socioeconómicos, o direito ao desenvolvimento e continua a insistir que o quadro dos direitos humanos deve ser implementado de acordo com as condições nacionais de cada país. A China não se tem inibido de defender publicamente a sua visão de direitos humanos e até muito recentemente não parecia usar a sua máquina diplomática para moldar a arquitetura internacional de direitos humanos atualmente existente. No seio das instituições das Nações Unidas ligadas à protecção e monitorização dos direitos humanos à escala global, a China tem prosseguido uma agenda que a proteja de críticas por parte da ONU ou de outros países. Mas a atitude cada vez mais combativa e assertiva da sua diplomacia a que se assiste agora com a pandemia pode ser reveladora de uma nova postura no campo dos direitos humanos.

A China no século XXI será muito mais do que “apenas” uma grande potência económica. Usando as palavras de Bruxelas, já é também uma “rival sistémica” da União Europeia e a visão chinesa dos Direitos Humanos, nos moldes aqui enunciados, continuará a fazer parte da narrativa de Xi Jinping. No dia 6 de Outubro de 2020, o embaixador alemão nas Nações Unidas, Christoph Heusgen, submeteu à presidente Katalin Bogoy da Terceira Comissão



da Assembleia Geral da ONU, normalmente conhecida como a Comissão de Assuntos Sociais, Humanitários e Culturais, uma declaração conjunta assinada por 39 países a expressar uma forte preocupação com a situação dos direitos humanos em Xinjiang e em Hong Kong. Portugal foi um dos Estados-membros da União Europeia que não subscreveu a carta, juntando-se à Hungria, Roménia, Chipre, Malta, Grécia e República Checa.

Luís Mah, CESA-ISEG

Raquel Vaz-Pinto, IPRI-Nova

Maria Teresa Nogueira, Amnistia Internacional – Portugal